

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-03-08

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Branco, J. F. (2014). Antropologia e a insularidade madeirense. Alguns parâmetros. In José Eduardo Franco, Ana Cristina Machado Trindade (Ed.), *Que saber(es) para o século XXI? História cultura e ciência na Madeira*. (pp. 95-107). Lisboa: Esfera do Caos.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Branco, J. F. (2014). Antropologia e a insularidade madeirense. Alguns parâmetros. In José Eduardo Franco, Ana Cristina Machado Trindade (Ed.), *Que saber(es) para o século XXI? História cultura e ciência na Madeira*. (pp. 95-107). Lisboa: Esfera do Caos.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Antropologia e a insularidade madeirense. Alguns parâmetros

Jorge Freitas Branco

ISCTE Instituto Universitário de Lisboa / CRIA-IUL

Espaço

Ilhas são espaços convencionados. Não existem por si, mas em função de territórios perante os quais se hierarquizam. Podem ser outras ilhas com as quais se articulam segundo critérios administrativos ou geográficos previamente estabelecidos, constituindo-se então em arquipélagos. Não sendo esta a relação criada, tende-se a situá-las pela comparação objetiva proporcionada pelos dados quantitativos, ou subjetiva, pela experiência adquirida e transmitida.

O arquipélago da Madeira situa-se no Atlântico médio oriental e é formado por duas ilhas habitadas, mas de parâmetros desiguais, e vários ilhéus dispersos (Desertas e Selvagens). A maior, que deu o nome ao arquipélago, tem cerca de 740 km² e a sua população ronda os 260.000 indivíduos, uma densidade próxima dos 330 hab./km². Caracteriza-a uma configuração montanhosa, atingindo no Pico Ruivo 1.862 metros de altitude. A capital é a cidade do Funchal, situada na costa sul com mais de metade da população – hoje uma aglomeração urbana¹. A segunda ilha – Porto Santo – tem uma superfície de 42,5 km² e cerca de 5.000 habitantes. Tem relevo menos acentuado. Predomina um clima temperado oceânico e mediterrânico². Em 1418 os portugueses chegam ao Porto Santo e em 1419 aportam à Madeira, encontrando-se as duas ilhas desabitadas. Os séculos de ocupação humana caracterizam-se pela transposição de população portuguesa para o território insular virgem. Batizada “Madeira” talvez pela imponência da cobertura vegetal, que obriga ao

¹ Cf. Gilda Dantas, “A mobilidade espacial e a transformação da malha urbana madeirense”, *Isleña: Temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, n.º 52, jan.-jun. 2013, pp. 129-144.

² Dados estatísticos e outros disponíveis no *site* da Direção Regional de Estatística da Madeira: <http://estatistica.gov-madeira.pt/>.

seu desbaste pelo fogo. Um grande incêndio inicial de iniciativa humana terá aberto o território aos povoadores, pondo termo à virgindade encontrada.

A imagem do arquipélago dada para o exterior assenta num equilíbrio instável entre os elementos proporcionados pela natureza e os respetivos modos de apropriação social. Esta relação adquiriu dinâmicas diferentes ao logo do tempo: ora em proveito da produção de subsistência, ora a favor dum produto exportável (vinho), finalmente em função da mercadorização do clima e da paisagem³.

A insularidade é entendida como um sistema de relações no tempo e no espaço e não como a busca de descontinuidades ou de particularismos com vista à fixação de lugares remotos.

Ainda existe insularidade?

Passando em revista a produção de conhecimento elaborada ao longo do século XX sobre o arquipélago, especialmente a proveniente das ciências sociais e afins, ressalta o interesse quase exclusivo que a ilha da Madeira despertou. Para além deste facto, chama ainda a atenção existirem até há pouco duas visões da realidade insular que estimularam dois discursos nem sempre convergentes.

Analiso em primeiro lugar a visão ética, ou seja, a perspetiva assumida pelos de fora. Predominam os escritos de geógrafos nessa bibliografia

³ Sobre alguns dos aspetos das questões aqui mencionadas existe bibliografia relevante. Sobre os aspetos da influência cultural externa na economia, ver Marcus Binney, *Os Blandys da Madeira, 1811-2011*, Londres, Frances Lincoln Ltd. Publishers, 2011. Sobre a forma de avaliar as condições de vida da população camponesa e o seu modo de ligação ao espaço produtivo e habitacional, ver um estudo sobre a arquitetura dita não erudita de Victor Mestre, *Arquitetura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2005. O quotidiano insular tem sido abordado por A. Marques da Silva (*O quotidiano madeirense, 1750-1900*, Lisboa, Caminho, 1994), Elvino Sousa (*Arqueologia da cidade de Machico. A construção do quotidiano nos séculos xv, xvi e xvii*, Machico, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2006) e Jorge Freitas Branco (*Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no arquipélago, 1750-1900*, Lisboa, Dom Quixote, 1987), ou, no âmbito mais restrito, Pedro Ornelas (“Os meios de vida e a reprodução da unidade doméstica numa povoação piscatória madeirense: o Caniçal”, *Islenha: Temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, n.º 16, jan.-jun. 1995, pp. 121-150).

constituída por um número apreciável de artigos, onde se destacam quatro monografias, uma elaborada por um português e as restantes por autores alemães.

Wilhelm Hartnack (1893-1963), mais tarde professor de Geografia dedicado ao estudo dos litorais, em Greifswald, cidade alemã no Báltico, é o autor da primeira, que foi publicada em 1930, quando ainda estava no início de carreira⁴. Trata-se de um trabalho minucioso, onde está patente o conhecimento adquirido pelo autor no terreno. É uma síntese sobre gentes e território, onde transparece a preocupação do geógrafo em proporcionar informação e elementos para o decisor administrativo ou político. Logo no início, o autor revela a sua fonte de inspiração intelectual e científica. Presta homenagem a Franz-Wilhelm Junghuhn (1809-1864), um médico de formação, algo desafortunado, que dedicou quase toda a vida a estudar a ilha de Java, onde se estabeleceu. Redigiu uma monografia em vários volumes, em que W. Hartnack se inspira para o seu denso volume único sobre a Madeira. Em comum terão as duas ilhas a densidade populacional e os desafios políticos e sociais que a demografia coloca.

Aproveitando a realização do XVI Congresso Internacional de Geografia em Lisboa, em 1949, Orlando Ribeiro (1911-1997) redige uma monografia publicada em francês, destinada a servir de guia aos congressistas em excursão à Madeira (*L'île de Madère. Étude géographique*, 1949). Só quase meio século volvido seria traduzida para português⁵. Comparando com a anterior, nesta o geógrafo, professor em Lisboa, interpreta a humanização do espaço insular à luz dos fatores históricos ligados ao povoamento e dos elementos culturais peninsulares trazidos. Figura destacada no meio científico português, dedicar-se-ia nos anos seguintes também aos estudos insulares, redigindo ou promovendo a elaboração de monografias sobre as ilhas atlânticas ocupadas pelos portugueses (arquipélagos dos Açores, Cabo Verde e São Tomé).

Pelo início da década de 1970, outro geógrafo alemão escolhe a ilha para tema do seu doutoramento, preocupando-se com a relação entre a densidade da população e a resposta económica que importa

⁴ Wilhelm Hartnack, *Madeira. Landeskunde einer Insel*, Hamburgo, Friedrichsen & Co, 1930.

⁵ *A ilha da Madeira, até meados do século XX. Estudo geográfico*, Lisboa, ICALP, 1985.

encontrar⁶. Tenta determinar a capacidade de carga humana (opera com uma noção que designa *Tragfähigkeit*) suportada pelo espaço insular em função do seu nível de desenvolvimento económico (o turismo de massa emergente). Wolf-Dieter Blümel (1973) tornar-se-ia mais tarde professor em Stuttgart e um especialista internacional em regiões áridas e semiáridas.

Finalmente há que referir o filólogo lusitanista norte-americano Francis M. Rogers (1914-1989), que publicou, em 1979, um livro sobre as gentes dos Açores e da Madeira – *Atlantic Islanders* – em que faz um apanhado sobre a cultura e a sociedade dos dois arquipélagos a partir da informação compilada e da sua experiência de campo ao longo de décadas de pesquisas sobre dialetologia insular⁷.

Estes quatro títulos compõem uma visão externa, ética da Madeira. Em todas as monografias sobressai a preocupação em abordar aspetos ou mesmo relações entre a densidade populacional, os excedentes demográficos e a emigração. A ilha é pequena, montanhosa, o solo é fértil, mas escasso e de difícil amanho, o regime de propriedade atrofia a iniciativa, o desejo de sair forte. Uma paisagem estetizada e a amenidade do clima apresentam-se como recursos turísticos potenciais.

Sistematizações do saber disponível sobre a sociedade e cultura madeirenses foram produzidas por iniciativa de duas figuras nativas que atuaram em tempos e por modos distintos, formando a perspetiva émica ou nativa. Duas figuras estão, pois, no centro da produção que deu corpo a esta visão do arquipélago.

O padre Fernando Augusto da Silva (1863-1949) foi o impulsionador e principal autor do *Elucidário madeirense*, publicado em 1921 (2 volumes) para comemorar o V Centenário da Descoberta da Madeira, e em 1940, numa versão atualizada e ampliada (3 volumes), por ocasião das celebrações oficiais de centenários nacionais (fundação da nacionalidade em 1140 e restauração da independência em 1640).⁸ Teve a colabora-

⁶ Wolf-Dieter Blümel, *Madeira. Demographie, Sozialstruktur und wirtschaftliche Situation einer überbevölkerten Insel*, Karlsruher Geographische Hefte, n.º 4, 1972.

⁷ Francis M. Rogers, *Atlantic Islanders of the Azores and Madeiras*, North Quincy, MA, The Christopher Publishing House, 1979.

⁸ *Elucidário madeirense*, vol. I: http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=228, acedido a 21 de junho de 2014; vol. II: http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=229, acedido a 21 de junho de 2014; vol. III: http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=318, acedido a 21 de junho de 2014.

ção do naturalista Carlos Azevedo de Menezes (1863-1928) para as matérias desta última especialidade, assim como a participação de outro naturalista, Adolfo César de Noronha (1873-1963), e de Alberto Artur Sarmiento (1878-1953), no domínio histórico. Estes foram, pois, liderados pelo sacerdote que, além de investigador nos arquivos, também ocupou cargos na administração regional, tais como a presidência do município funchalense. Esta primeira sùmula de conhecimentos sobre o arquipélago reúne a informação disponível nos domínios histórico e das ciências naturais. Os seus autores detinham, no tempo em que viveram, os conhecimentos mais actualizados, enquanto os contextos históricos e políticos abordados assentavam na documentação consultada em arquivos da igreja e do estado, aos quais o principal autor frequentemente refere “ter tido acesso”, não os identificando e localizando em termos concretos. Em contrapartida, a colaboração dada pelos naturalistas assenta no estudo de espécimes da flora e fauna reunidos em herbários e coleções zoológicas que foram objeto de publicações feitas pelos próprios. O *Elucidário madeirense* deve ser visto como alicerce ideológico dum posicionamento identitário regionalista, acompanhando uma autonomia política reclamada e conseguida a partir de 1901 para alguns setores da administração pública. A organização da obra em entradas com remissões transformou-a na principal fonte de informação e reprodução do conhecimento regional. As duas edições publicadas esgotaram-se passados poucos anos de serem dadas a lume, seguindo-se-lhes duas reimpressões. A obra não só atravessou gerações, como sobreviveu aos regimes políticos que se sucederam a nível nacional ao longo do século XX (Primeira República, Estado Novo, Democracia). A influência que terão exercido nas camadas mais influentes da sociedade insular poderá ser medida pela presença de exemplares em bibliotecas privadas. A aquisição e detenção por particulares do *Elucidário*, integrando-o no espaço de sociabilidade doméstica, revelam o papel crucial da obra na promoção dum sentimento regional de base letrada.

Outro sacerdote, Eduardo Clemente Nunes Pereira (1887-1976), publica em 1940 as *Ilhas de Zargo*, em dois volumes⁹. Seguir-se-iam quatro edições até 1989, sendo a última reimpressão acrescida dum extenso volume de adenda, com atualização de informação. Trata-se de

⁹ Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., Funchal, Câmara Municipal, 1967 [1940].

um empreendimento de escrita e edição pensado em alternativa à súmula anterior, conforme logo se deduz da apresentação à obra redigida pelo autor. Sumariando as questões em temas desenvolvidos em artigos longos e inserindo material estatístico pormenorizado então existente, a sua leitura revela a intenção de proporcionar ao leitor uma imagem do arquipélago à luz da política e das realizações do regime autoritário. Talvez seja sintomático constatar que, enquanto o *Elucidário* foi publicado pela Junta Geral, as *Ilhas de Zargo* foram editadas pela Câmara Municipal do Funchal. Aos historiadores cabe a tarefa de verificar se se trata de uma divisão de tarefas e de despesas em período comemorativo nacional ou se, para além disso, também de opções diferenciadas perante a problemática regionalista.

Comparadas as duas sistematizações do conhecimento regional madeirense, verifica-se que ambas se destinaram a constituir marcos ideológicos no tempo em que surgiram. A primeira afirma uma visão regionalizante, enquanto a segunda mantém esse cunho, mas retirando-lhe a essência de reivindicação política, atendo-se unicamente aos aspetos simbólicos e descrevendo as manifestações culturais como elemento identitário resultante duma ideia estática e regressiva de tradição, que se pretende ver e manter instituída. Também as *Ilhas* terão rumado em direção às estantes das salas de visitas das famílias madeirenses letradas. Resta apurar se em alternativa ou em complemento ao *Elucidário* presumivelmente já lá existente. Duas súmulas, duas bandeiras ...

Poderão também as ilhas ser uma carreira? Eis a pergunta que se impõe colocar recordando a exclamação que terá sido proferida por Benjamin Disraeli no parlamento britânico, referindo-se à Índia. Diversos contextos podem ser equacionados. Relativamente à Madeira, como se acaba de verificar, os forasteiros não fizeram dela uma carreira, quando muito uma etapa inicial. Quanto aos nativos, tiveram naturalmente outra atitude: fizeram dela uma vida. Uma situação diferente é a ligação que se pode estabelecer por descendentes de emigrados em gerações anteriores. A evocação institucionalizada do escritor norte-americano John dos Passos, descendente de madeirenses da Ponta do Sol, constitui um exemplo duma apropriação regressiva em que é a relação e não a diferença o elo fundamental. Enquanto o descendente de emigrados demanda em algum momento a terra dos seus antepassados num ato de reconstituição da memória familiar, na terra a atitude é

aceite pela relevância que ela pode adquirir na projeção externa da ilha. Como qualquer território, as ilhas vivem em primeiro lugar da circulação de gente, da mobilidade, sendo esse o fator que determinava a ideia e o sentimento de insularidade. Essa busca de passado guardado em lugar remoto, porque apagado, esquecido ou vedado e porque pode envolver conflitos e dissidências por sanar, originando exílios voluntários ou forçados, tem sido alvo de pesquisa. No que concerne a dissidências na sociedade madeirense, existem estudos históricos sobre a maçonaria em Setecentos¹⁰, ou as conversões religiosas oitocentistas¹¹. Um trabalho recente da antropóloga Ruth Behar, por nascimento cubana, põe a descoberto de forma sugestiva os vestígios e as pistas duma presença judia desaparecida da ilha, que ela continua a ver como a sua terra¹².

Outras ilhas foram carreiras científicas de uma vida. Referiu-se já Junghuhn e a sua dedicação incondicional a Java. Sidney W. Mintz dedicou-se a Porto Rico e a outras ilhas das Caraíbas, abordando as plantações, o proletariado agrícola, o açúcar, a dissidência religiosa. Este autor produziu, assim, obras cuja relevância ultrapassou o quadro regional que abarcam, analisando o confronto das sociedades ditas sem história com o Ocidente¹³.

Antropologia insular no presente

Interrogar uma terra equivale a confrontá-la com outras conhecidas do investigador ou do viajante. Não faltam exemplos de um tal exercício. Vem-me à mente Jean Baudrillard (1923-2007) e a sua visão obtida numa viagem a uma América, a dos EUA. Dela, retive dois aspetos: o primeiro é a rejeição do preconceito intelectual europeu em relação àquele país-continente, quando lhe imputamos uma quase minoridade

¹⁰ António Loja, 1986, *A luta do poder contra a maçonaria. Quatro perseguições no séc. XVIII*, Lisboa, INCM, 1986.

¹¹ A. de Vasconcelos Nogueira, *Os exilados da Madeira relacionados com o Dr. Kalley e o desenvolvimento económico do capitalismo moderno: estudo de caso em história económica e emigração da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX*, Universidade de Aveiro, 2005 [texto policopiado].

¹² *An island called home. Returning to Jewish Cuba*, New Brunswick, Rutgers University Press, 2007.

¹³ Sidney W. Mintz, *Sweetness and power. The place of sugar in Modern History*, Londres, Penguin Books, 1985.

e também uma atitude de superficialidade no plano cultural; o segundo prende-se com a vastidão dos espaços percorridos e a beleza implícita numa falsa monotonia que deixa de o ser à medida que consumimos distâncias ao volante dum automóvel. Na minha leitura daquele texto deduzo dois eixos analíticos: vastidão e mobilidade. No viajar, Baudrillard busca sentidos e conjuga significados, neutralizando oposições em favor de relações¹⁴.

Enquanto viajante, Bruce Chatwin (1940-1989) percorre a Patagónia, descrevendo-a pelo que vê. Observador experimentado e avisado, convive porque interpela e estabelece diálogo com pessoas, injeta temporalidade à experiência vivida ao debatê-la com a bibliografia legada pelos que o antecederam. Chatwin não era antropólogo, mas da sua errância nasce uma ficção que pode ser lida e entendida como uma etnografia autorizada¹⁵. Percorrer terras, fixar território, interpretar espaço, pensar limites, avaliar dimensões físicas e mentais leva-nos a ensaios de revisitação dos percursos feitos numa escala transferida para o passado. Extirpa-se o que nos parece recente e moderno, sobreposto ou mesmo imposto. Imaginamos um antes e comprovamo-lo no diálogo com as gentes, que nos respondem em tradição. A retórica da nostalgia revela-se como uma relação forte, que se presta a abafar dissonâncias do presente.

De e sobre nostalgia muito se tem escrito. A produção de nostalgia, tanto pela escrita como pela imagem, tem sido uma via de convergência entre intelectuais e público consumidor. Pierre-Jakez Hélias (1914-1995) e o seu livro *Le cheval d'orgueil*¹⁶ é a este propósito um caso exemplar. Elaborado como uma autobiografia, descreve circunstanciadamente a vida camponesa numa aldeia da Bretanha: a família, o âmbito doméstico, a vizinhança, o quotidiano. A confrontação linguística entre o bretão em que decorre a socialização familiar e aldeã e o francês que a escolaridade e o serviço militar obrigatórios impõem são fatores determinantes para a criança e depois para o jovem adulto. Autor consagrado, o Hélias-narrador, ao redigir este longo depoimento vertido das suas lembranças, estabelece os parâmetros para a difusão duma cultura bretã

¹⁴ Jean Baudrillard, *América*, Lisboa, João Azevedo Editor, 1989 [1986].

¹⁵ Bruce Chatwin, *Na Patagónia*, Lisboa, Quetzal, 1989 [1977].

¹⁶ *Le cheval d'orgueil. Mémoires d'un Breton du pays bigouden*, Paris, Plon, 1975.

de feição nostálgica. A subalternidade cultural exprime-se no apagamento da língua nativa, o que, por sua vez, produz o ingrediente para a mobilização regionalista, que exprime a rejeição coletiva ao centralismo do estado francês. Acresce a este movimento o pendor nostálgico em que o autor transmite uma vontade de busca dum tempo perdido, porque esquecida a língua, transformadas as relações de vizinhança e implantada uma agroindústria. O cavalo de orgulho desencadeou dinâmicas de consumo cultural. Foi um recorde de vendas, sucedendo-se as edições e atingindo-se as centenas de milhar de exemplares vendidos (em francês, na já então prestigiada coleção *Terre humaine*, da editora Plon), considerando-se um dos maiores sucessos editoriais no género. A visão duma cultura regional subjugada por um estado centralizador, narrada na minúcia de recordações pessoais, ditas na primeira pessoa pelo nativo civilizado na língua do dominador, levaram a que as estruturas políticas centrais de vocação hegemónica aceitassem a diferença cultural. No pressuposto desta articulação entre política centralista e regionalismos como cultura de relações culturais, a obra de P.-J. Hélias foi adaptada ao cinema com o mesmo título do livro e realização de Claude Chabrol (1930-2010). A fim de reforçar um sentimento nostálgico, a película é falada em bretão e legendada em francês. Enquanto no livro se lamentam o esquecimento da língua e o abandono da sobriedade que regia a vida económica camponesa de então, o filme faz uma leitura da cultura bretã na sua relação com a morte. O mesmo fenómeno – o ocaso de uma cultura regional – é olhado em perspetivas diferentes: o escritor pela língua como ligação dos vivos entre si, o cineasta pela morte como outro modo de comunicação entre os vivos. Na produção de nostalgia, contam mais as relações do que as diferenças.

Comparando

Privilegiar a relação em detrimento da diferença não implica a supressão do exercício comparativo. Uma vez mais são úteis os exemplos de outros contextos. À questão “o que é ser alemão no presente?”, escolho três modos de abordagem. Do ensaio de Hermann Bausinger¹⁷ retenho a discussão sobre a tipificação de populações, cuja identidade se pre-

¹⁷ *Typisch deutsch. Wie deutsch sind die Deutschen?* Munique, Beck, 2000.

tenda circunscrever ou definir num plano local, regional ou nacional. Este antropólogo propõe a determinação do que é típico pela vertente da sua negação, ou seja, por ação contrastiva (*Kontrastprogramm*). Nesta ordem de ideias, mais que estabelecer o que é típico num grupo humano importa determinar aquilo que ele define como prerrogativas próprias, gerando semelhanças e sincronismos e, em consequência, identidade cultural pelo contraste criado perante outros. Mais do que um facto, a tipificação é procedimento com vista à operacionalização duma pesquisa. Contrastar e confrontar: no caso presente o autor recorre à comparação que proporcionam materiais vindos de outros que não os alemães, que pretende, no final de contas, estudar. Enumera e debate atitudes e comportamentos da sociedade norte-americana, mas introduz um outro elemento inovador na sua análise na perspectiva da antropologia cultural. Enquanto procurar elementos culturais dissemelhantes entre alemães e americanos (EUA) nada tem de inesperado, é inédito comparar duas sociedades geradas no plano político pelo confronto de ideologias ocorrido durante a Guerra Fria – as Alemanhas nascidas da proclamação de dois estados, em 1949. Bausinger aborda os elementos constituintes e caracterizadores de culturas em estruturas estatais resultantes de sistemas políticos concorrentes numa anterior entidade nacional. Isto permite quase isolar o papel da política e do estado na criação ou disseminação de processos culturais alargados e a sua hegemonização instigada por regimes políticos.

W. Krämer¹⁸ adota outra metodologia para abordar a tipicidade alemã. Recorre a dados estatísticos sobre consumo, comparando-os a outras povos e colocando os alemães num *ranking*. Mas é sobretudo no fator técnico que ele procura as imagens difundidas da diferença cultural. O caso mais mencionado e debatido é a importância que os alemães atribuem a certos produtos, como, por exemplo, o automóvel. Nele o alemão revê-se, muito mais do que na cerveja ou no futebol, pese a imagem que os outros dos alemães tenham. O autor chega a esta conclusão apoiando-se em dados quantitativos. Sendo especialista em estatística económica e social, faz uma leitura da cultura alemã atual, considerando a *performance* técnica e industrial – o selo *made in Ger-*

¹⁸ *Typisch deutsch. Was uns von anderen unterscheidet*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2013.

many – e o quadro económico e social que desde os anos 1950 conduziu ao milagre económico – o *Deutsche Mark*, a moeda então surgida – seus elementos estruturantes. Estão assim encontrados os dois pilares em que assenta a cultura da identidade nacional alemã no presente: o *know how* tecnológico e a moeda, ambos aliados ao consumo.

Duas antropólogas analisam o quotidiano alemão, realçando os aspetos que se prendem com as relações de género, o lazer, as transformações familiares e da intimidade, a busca cada vez mais abrangente de modos de vida alternativos¹⁹. Para elas, o elemento típico na sociedade alemã nos dias que correm é o pluralismo da moda de feição transnacional e o que caracteriza os consumos. Só aparentemente estamos perante uma dinâmica de homogeneização, uma vez que se geram distinções. Em ambiente globalizado instaura-se uma cultura de massas, onde as autoras veem no inflacionamento da diversidade, exemplificada na moda, hoje necessariamente internacional, o elemento típico comum atualidade a todas as sociedades.

Resumo e perspetivação

O típico e a insularidade são dois parâmetros que se consideram básicos na elaboração duma antropologia cultural do presente insular madeirense. Pelas razões expostas, são ferramentas na operacionalização da pesquisa e não categorias analíticas. A tipificação é entendida como operadora de contrastes e a insularidade como atitude, e não uma territorialidade fisicamente circunscrita. Recordando a proposta de Marc Augé sobre não-lugares²⁰, a insularidade também poderá ser encarada nos mesmos moldes, dada a sua essência fluida e homogénea já não determinada por descontinuidade geográfica. As condições que definem, segundo o mesmo autor, a sobremodernidade (acontecimentos, mobilidade espacial, individualização) tornam a insularidade ultrapassada em termos físicos (continuidade/descontinuidade). Daí outros autores ensaiarem outras aproximações ao fenómeno, procurando as suas transfigurações

¹⁹ G. Schwibbe e I. Spieker, *Bei Hempels auf dem Sofa. Auf der Suche nach dem deutschen Alltag*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2005.

²⁰ *Non-lieux. Pour une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Le Seuil, 1992 [várias edições em português].

(exemplo da *îlêité* sugerido por Gombaud²¹. E, novamente, mais do que diferenças, trata-se de evidenciar relações.

A etnografia a produzir assenta numa pesquisa multisituada, onde se conjugam: a) a ação do investigador no terreno, b) o diálogo à distância ou em diferido mantido por mensagens instantâneas, c) a correspondência trocada com informantes, inclusive por *e-mail*, d) a compilação da informação difundida pela internet²².

O fio condutor do procedimento analítico será a autonomia política regional que caracteriza a vida do arquipélago desde 1974²³. Aqui a comparação com os Açores²⁴ apresenta-se como mais adequada, dada a conjuntura política comum que no plano constitucional português originou estas autonomias. Outras autonomias insulares (como, por exemplo, os casos das Canárias ou das Baleares, multiplicando-se os casos) são interessantes do ponto de vista comparativo, mas não tão relevantes no presente contexto, visto ser diferente o quadro histórico, cultural e político em que surgem e se afirmam.

Para concluir, formulo de forma concisa o âmbito em que me parece pertinente ensaiar o enunciado de uma antropologia cultural da sociedade madeirense no presente. Assim, parte-se da autonomia política como o elemento hegemónico na sociedade, na medida em que deu origem a dinâmicas culturais, que importa situar e descrever. Uma etnografia desses quotidianos fragmentados deverá contribuir para a produção de sentidos a dar aos fenómenos do presente: Que significa

²¹ Stéphane Gombaud, *Iles, insularité et îlêité. Le relativisme dans l'étude des espaces archipélagiques*, Université de la Réunion, Tese de doutoramento, 2007: <http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/46/25/05/PDF/2007lare0019-gombaud.pdf>, acedido a 21 de junho de 2014.

²² Lembramos, a este propósito, as seguintes obras: George Marcus, "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography", *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, 1995, pp. 95-117; G. Marcus e F. Mascarenhas, *Ocasião. The marquis and the anthropologist. A collaboration*, Walnut Creek, Altamira Press, 2005.

²³ Cf. Rui Nepomuceno, *A conquista da autonomia da Madeira. Os conflitos dos séculos XIX e XX*, Lisboa, Caminho, 2006 e Albertina Henriques, *Órgãos políticos e classe política na Região Autónoma da Madeira*, Funchal, SRTC, 1999.

²⁴ Cf. Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999 e Álvaro Borralho, *A sagrada aliança. Campo religioso e campo político nos Açores, 1974-1996*, Lisboa, Mundos Sociais, 2013.

pertencer às regiões ultraperiféricas (RUC)? Em que consiste ser madeirense? A resposta que se procura assenta no redimensionamento dos parâmetros (tempo, espaço, gente) de insularidade.